RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO 37º CONGRESSO DO ANDES- SN

Delegada: Erika Suruagy Assis de Figueiredo

Forma e data da escolha das (os) delegadas (os): Eleição Nominal- Assembleia Geral da ADUFERPE

Denominação do evento: 37º Congresso do Andes-SN

Organização do evento: Andes-SN e ADUNEB

Tema do evento: Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma universitária de Córdoba

Período de realização: 22 a 27 de Janeiro de 2018

Localidade do evento: Salvador-BA

Introdução:

O 37º Congresso do ANDES-SN contou com pouco mais de 350 delegados representando Seções Sindicais de todo o país e cerca de 100 observadores. A diretoria da ADUFERPE agrupou-se durante os dias do congresso no Fórum Renova Andes que se reuniu diariamente em plenárias para discutir as resoluções a serem propostas ao Congresso. Nos meses que antecederam o Congresso, apoiadores do Renova elaboraram, a partir de uma discussão com docentes filiados na base, nove Textos de Resolução (TRs) para serem apresentados ao Congresso (ver blog renovaandes.org) em defesa da universidade e da carreira/salários docentes. O debate desses TRs e de outros defendidos por outros delegados, observadores e docentes da base foi realizado durante o encontro de estudo realizado antes do 37º Congresso na ADUFERPE.

Conjuntura[1]:

Passados mais de um ano do golpe que destituiu o governo eleito de Dilma Rousseff, as razões que levaram ao impeachment sem crime de responsabilidade se apresentam aos trabalhadores e à maioria do povo de maneira dramática.

Numa velocidade vertiginosa, o governo ilegítimo e ilegal de Temer impôs a EC 95/2016 que congelou os investimentos nos serviços públicos por 20 anos; fez passar a lei das terceirizações ilimitadas; aprovou e, no momento mesmo em que este caderno de textos é editado, põe em vigor a contrarreforma trabalhista que liquida os direitos dos trabalhadores obtidos em décadas de luta; editou portaria praticamente extinguindo a figura do trabalho em condições similares a de escravidão, impedindo a fiscalização das empresas que usam mão de obra escrava; contingenciou as verbas da educação; editou a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que dilui os conteúdos de ensino e aligeira a formação de jovens diretamente para o trabalho; impôs a reforma do ensino médio que, combinada com a BNCC, destrói o acesso da juventude aos conhecimentos acumulados pela humanidade.

Na mesma toada, o Judiciário dá guarida às demandas dos setores mais reacionários da sociedade, como no caso da reintrodução do ensino religioso confessional, depois de mais de cem anos da separação legal entre Estado e Igreja no Brasil; acolhe a figura da chamada “cura gay” e libera os ataques aos direitos humanos na redação do Enem. Além disso, na Câmara dos Deputados, foi aprovada em comissão especial, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que, se aprovada no plenário, poderá criminalizar o aborto em qualquer caso, inclusive estupro, anencefalia do feto ou gravidez com risco de morte para a mãe, já permitidos atualmente pela lei brasileira.

Enquanto isso, apoiado no Congresso Nacional afundado na corrupção e que o livrou duas vezes de fundadas acusações, Temer abre caminho para a entrega

[1]Análise de conjuntura em conformidade com as TR’s debatidas e defendidas pela diretoria da ADUFERPE no 37º Congresso do Andes.

da Amazônia, da Base de Alcântara e do Pré-sal, anunciando o que promete ser a maior queima de recursos naturais e de patrimônio público desde o Governo FHC.

Trata-se de uma obra de barbárie sem precedentes em nossa história que apenas um governo golpista, livre de qualquer mandato popular, cuja sobrevivência se apoia unicamente na aplicação a mais profunda deste programa a serviço do imperialismo e da grande patronal nativa, pode encaminhar. Como dizia Roberto Brant, coordenador do documento Ponte para o Futuro, em O Estado de São Paulo (18 de abril de 2016), "a proposta não foi feita para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição (…) vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra".

É neste dificílimo quadro que o movimento sindical e popular e, dentro dele o ANDES-SN, terá de fazer o enfrentamento aos profundos ataques a todos os direitos, inclusive ao direito à educação e à universidade.

Por isso mesmo, ao cabo da experiência de meses de golpe no Brasil, faz parte incontornável da análise da conjuntura um balanço do nosso sindicato, pois é em momentos como esse que as direções do movimento se põem a prova.

Discussão e deliberações[2]:

<u>Dia 22</u>

- Na plenária inicial do Congresso, uma moção de solidariedade a Lula foi panfletada pelo Renova e apresentada à mesa. Foi rejeitada pela diretoria (que a atacou e venceu a votação). Foi aprovada, ao invés, uma moção da diretoria que não repudiava a condenação de Lula, apenas denunciava a seletividade da justiça.

- discutiram-se os TRs de centralidade (conjuntura política). Nesta, bem como nas demais plenárias e Grupos de Discussão até o final do Congresso, a diretoria age com o seguinte procedimento: inscreve umas 35 pessoas

[2] Extratos do Balanço Público do Renova ANDES- SP e do relatório do ANDES-SN.

(diretores e seus seguidores) para falar. Delegados do Renova e outros independentes (não alinhados com a diretoria) mal conseguem inscrever 5. A diretoria passou assim a maior parte do tempo atacando o Renova (acusando-nos falsamente de sermos a favor do ajuste fiscal “Lulo-petista”, de sermos contra o Andes (“Proifistas”) etc.)…

- À noite, o Renova realiza uma convenção de chapa com cerca de 100 docentes e diretores de dezenas de ADs de todo o país. Com a presença do companheiro petroleiro da FUP e presidente da CUT – BA (que falou sobre a luta contra as contra-reformas golpistas e e a prisão de Lula) e do reitor da UFBA. Um rico debate seguiu-se com várias falas de diretores de ADs e delegados sobre necessidade de construir chapa, Renovar/acabar com sectarismo e paralisia atuais para resgatar o Andes para a luta.

Dias 23 e 24

- Grupos de discussão temática: diretoria tenta excluir todas as TRs que não são delas com impressionante diligência. Ela tem organizado em cada grupo apoiadores (de algumas Seções Sindicais politicamente ligadas a ela) que repetem suas falas – recebem uma “cola” para tal – na tentativa de excluir qualquer TR que não seja dela (não apenas as do Renova, mesmo aquelas sugeridas por ADs, ou assembleias de base sobre qq tema, mesmo consensuais). De toda forma, as intervenções e falas dos delegados do Renova garantiram que todos os TRs por nós articuladas obtivessem 30% em pelo menos 1 grupo – regimentalmente necessário para leva-la à discussão e voto no plenário.

Dia 25

- Com a drástica notícia da Condenação (3 a 0) de Lula pelo TRF-4, a plenária do Renova decidiu propor uma nova moção, contra condenação de Lula (visitem o blog renovaandes.org para ver copia da moções). Durante todo o congresso parecia que nada estava ocorrendo no país.

PLENÁRIAS FINAIS

A seguir destacamos apenas as votações polêmicas e que consideramos importantes. Vale lembrar que delegados do Renova sugeriram à diretoria que nos próximos congressos, sejam priorizadas as plenárias sobre plano de lutas e reivindicações docentes – evitando que tais tópicos sejam (como sempre) jogados para a madrugada final.

- votou-se emenda (defendida pelo Renova) a TR 40 contra judicialização e ataques do Judiciário as Universidades e particularmente de solidariedade a UFSC e UFMG. Parte da diretoria era contra solidarizar-se a reitores dessas universidades (alegando que "Andes deve defender apenas nossos lutadores"(sic!). Votou-se. Refez-se a votação e emenda foi aprovada.

- votou-se emenda (ao TR 16) que propunha Andes na luta contra cortes em ciência e tecnologia em unidade com SBPC, APC entidades de físicos etc no movimento Ciencia/Conhecimento Sem Cortes. A diretoria do Andes foi contra usando argumento ultra-sectário de que a SBPC seria pelega (!). Ou seja recusando a luta pela unidade! Renova e companheiros da ADUFRJ (que conheceram o Renova neste congresso e estão nos apoiando) defendemos e foi aprovado numa votação apertada

- discutiu-se em plenário o TR 46. (Propunha discutir na base, assembleias das ADs, um balanço da filiação à CSP-Conlutas).

Foi um debate acirrado. Umas 20 intervenções da diretoria/PSTU atacando o TR (vários dizendo que a CSP-Conlutas seria "a melhor central do país" e que não precisa fazer este debate. E falsamente acusando o TR de ser cutista/pelego etc). Só conseguimos inscrever 4 companheiros para nos defender do amontoado de calúnias e falsificações, missão praticamente impossível. Assim, a TR foi facilmente derrotada.

Dia 26

- Aprovado pela manhã uma resolução de acordo entre o TR 49 (proposto pelo Renova) e outras TRs (incluindo uma da própria diretoria) que centralmente decide que ANDES participará da Conape (conferencia nacional popular em defesa da educação). Foi um debate hercúleo para aprova-la. A diretoria se

dividiu. Um setor muito sectário dizia ser contra, pois não aceita o Andes em fóruns junto "com entidades pelegas da CUT, CNTE", etc.

- Na sequência, porém, setores da diretoria apresentaram nova resolução, que na prática reverte parcialmente a votação da manhã. Aprovaram uma emenda dizendo que "Andes fará cartilha orientando as ADs que forem a Conape para atacarem e criticarem os objetivos do Conape" (sic!). Alegam que tal objetivo seria defender o Plano Nacional de Educação (PNE) que, segundo eles, seria totalmente privatista. (Óbvio que o PNE tem pontos negativos. Mas têm também conquistas, que o golpe/Temer está destruindo e que precisam ser defendidas). Interviemos contra tal emenda, mas não conseguimos derrota-la: 127 a 107 (42 abst).

-Foi aprovada, depois de muita negociação da Adunifesp com a diretoria do ANDES uma resolução consensual sobre o Hospital São Paulo (exigindo sua federalização).

Dia 27

- discutida TR sobre proporcionalidade entre as chapas para compor a diretoria do Andes-SN após as eleições. Sugerida por delegados do CAEL (PSTU). Ainda que o Renova Andes não tenha posição sobre o tema, delegados nossos sugeriram uma emenda para jogar tal debate para a base e concluí-lo com votação no próximo congresso. Mas a diretoria foi contra e conseguiu derrota-la em votação no plenário.

- O resto do dia - manhã, tarde e início da noite - foi ocupado com questões estatutárias, financeiras e organizativas, política agrária, ambiental, gênero, diversidade etc.

- Apenas no final da noite do último dia iniciou-se o debate sobre plano de lutas das IFES, IEES, IMES, carreira CBTT etc. (ou seja, a diretoria deixou para quando o plenário já estava exausto e indo embora para debater as questões sindicais por excelência!)

- Apresentamos a TR 49 (elaborada pelo Renova e assinada por 200 filiados na base) que, defendia entre outras coisas, a participação no movimento Conhecimento Sem Cortes e a criação de Fóruns e Comitês de luta com as entidades científicas e sindicais. A diretoria derrotou tal TR.

- Apresentamos a TR 58 em defesa das IEES e IMES (particularmente UERJ e UERN) e defendendo articulação de campanha salarial nas estaduais por reposição de perdas. A diretoria sectariamente rejeitou-a, sem que qualquer outra campanha tenha sido adotada pelo setor.

- Apresentamos emenda de luta do ANDES junto ao MEC pelo reenquadramento de docentes que vem de outras universidades federais. A diretoria tentou rejeitar, mas aceitou sob pressão do Renova.

- Apresentamos TR 56 em defesa dos colégios de aplicação e da carreira EBTT. Mais uma vez, sem explicação plausível a diretoria iniciou (como nas TRs acima) uma bateria de intervenções desqualificando a TR e seus proponentes ("não entendem nada do tema", "a diretoria já faz isso, não precisa desta campanha" etc.). Se tal TR fosse rejeitada, aqui também, nenhuma resolução de luta deste setor sairia do Congresso. Companheira delegada da carreira EBTT participante do Fórum Renova fez um desabafo denunciando "a prática autoritária e intolerante da diretoria que decide se rejeitará e massacrará os TRs não por seu conteúdo mas pelo adesivo (do Renova) de seus proponentes!" Tal intervenção sensibilizou o plenário, fazendo os diretores recuarem e, após uma votação tumultuada e inconclusiva, finalmente aceitarem um acordo consensual que incorporou partes importantes do TR.

Dia 28 (Madrugada):

Plenária final – votação de moções . Plenário muito esvaziado

Renova articulou:

- uma moção contra decisão do TRF-4 de condenação a Lula (relacionando isso aos ataques aos trabalhadores e à universidade), assinada por vários dirigentes de ADs, incluindo os da ADUFRJ. – Diretoria atacou moção e conseguiu vencê-la (alegando falsamente de ser campanha para Lula). Mas em todo o caso, havíamos panfletado tal moção no dia anterior ganhando a simpatia de parte dos delegados.

- uma moção de solidariedade à Venezuela contra os ataques do imperialismo americano foi também derrotada – ainda que um setor minoritário da diretoria tenha se juntado a nós em sua defesa.

- aprovou-se uma moção apresentada por professores da USP (e defendida pelo Renova) contra a criminalização e judicialização da política e a destruição atual do estado de direito (a diretoria dividiu-se).

Congresso termina, já sem quórum, às 4h da manhã do dia 28 de janeiro. Retirei-me do Congresso próximo das 23 horas, visto que estava com minha filha pequena, sem condições de acompanhar pela madrugada. Aproveito para criticar o formato de organização do congresso que parece democrático, mas na verdade é antidemocrático, pois os debates deveriam ocorrer com antecedência em encontros estaduais ou regionais e depois no congresso nacional, só os "escolados" conseguem acompanhar a dinâmica do congresso que deixa tudo para o final propositalmente.

Aproveito para explicitar a importância do Espaço de Convivência para que mães, pais e/ou responsáveis de crianças possam deixar seus filhos(as) para participar das atividades do congresso, contudo o espaço destinado para crianças nesse congresso deixou a desejar no que diz respeito a infraestrutura, banheiros inadequados, espaço sem área aberta e circulação de ar, além de haver rotina pré-estabelecida (no primeiro dia as crianças ficaram até a noite sem banho, que nos demais dias ocorreu por nossa solicitação no espaço improvisado do seção sindical) e programação com intencionalidade pedagógica ou lúdica entregue previamente aos responsáveis. Muito temos que avançar nesse aspecto, para que os pais fiquem tranquilos para participar efetivamente do congresso.

Seguem as principais deliberações do plano de lutas do setor das IFES

O 37º CONGRESSO delibera:

A - NO ÂMBITO DOS SPF

1. Propor à CNESF a realização de um Seminário para dar continuidade à rearticulação, pautando a necessidade de convocar uma plenária para definir ações do conjunto dos SPF na perspectiva de radicalização do enfrentamento às medidas do governo que atacam o serviço público federal.

2. Intensificar as ações de servidores(as) públicos(as) federais, estaduais e municipais com outras organizações **(**entidades e centrais), entidades, movimentos sociais populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de fortalecer ou construir fóruns de atuação pela revogação da EC 95/16, da Contrarreforma Trabalhista, da Lei nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização), PDV, MP 805/17, Decreto 9262/18e contra a aprovação da Reforma da Previdência, do PLS 116/17 e PLS 204/16.

3. Construir a Campanha 2018 dos SPF de forma articulada com o FONASEFE e a CNESF, a partir da definição dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos SPF.

4. Propor pauta da campanha unificada dos SPF para 2018:

a) política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias, propondo ao FONASEFE o debate sobre o índice de reajuste salarial unificado dos SPF, utilizando os mesmos princípios do cálculo do índice de 2015 (acumulando de perdas inflacionárias do período, mais % de ganho real);

b) data-base 1º de maio;

c) direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 da OIT;

d) paridade salarial entre ativos(as) e aposentados(as);

e) isonomia de todos os benefícios entre os poderes;

f) incorporação de todas as gratificações produtivistas;

g) oposição à Contrarreforma da Previdência - PEC 287/16 e Substitutivo;

h) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;

i) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

j) concurso público pelo RJU, já?!

k) revogação da EC 95/16, da MP 792/17 (PDV), da MP 805/17 e da Lei nº 13.429/17 (Lei da terceirização);

l) oposição ao PLS 116/17 e PLS 204/16.

5. Lutar contra as restrições ao direito de greve dos(as) servidores(as) públicos(as) federais: corte de ponto instaurado pelo STF, PEC 53/2016 que, a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limitará o direito de greve conquistado.

6. Lutar pela revogação da MP 792/17 (PDV) e contra a MP 805/17 (que eleva a contribuição previdenciária de 11% para 14%; e contra a aprovação do PLS 116/17 (que propõe o fim da estabilidade dos(as) servidores(as) públicos).

B - NO ÂMBITO DO SETOR DAS IFES

1. Reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor da IFES aprovada em 2017, para posteriormente protocolizá-la no MEC e no MPOG.

2. Lutar pela rejeição da MP 805/17 que eleva, para parte da categoria, a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% e adia para 2019 as alterações nas tabelas remuneratórias previstas para 2018.

3. Dar ampla divulgação, por meio das seções sindicais, da cartilha sobre PDV, produzida pelo FONASEFE, como forma de mobilização contra a implementação nas IFES.

4. Atualizar o levantamento, junto às seções sindicais, dos cortes orçamentários nas IFES e os efeitos negativos para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas, da assistência estudantil, do número de aposentadorias e de docentes com abono permanência, da previsão de concursos, da existência de impedimento ou represamento de promoção ou progressão e do pagamento de retroativos.

5. Elaborar, a partir dos dados coletados, proposta de realização de painel sobre precarização das IFES com destaque para cortes no orçamento, desestruturação da carreira docente e aposentadoria.

6. Atualizar o levantamento junto às seções sindicais, dos dados sobre a implementação do Marco Legal da C&TI nas IFES, tendo como base para ações de enfrentamento.

7. Lutar, em conjunto com as seções sindicais, pela implementação do Decreto 9.034/17, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos, nas universidades federais e nos CEFET; pelas cotas de vagas para concursos de docentes e técnicos-administrativos em educação; pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência; contra a opressão e o capacitismo; pela adequação nos processos de seleção e acesso e pela criação dos núcleos de atendimento educacional.

8. Solicitar nova audiência com a ANDIFES, CONDICAP e CONIF para continuar tratando dos seguintes temas: fim dos cortes orçamentários, cobrança de taxas e mensalidades em cursos de graduação e pós-graduação, implementação de ponto eletrônico para servidor, impedimento de aposentadoria, represamento de promoções e progressões, planejamento e realização de obras.

9. Lutar contra a aprovação do PLS 16/15 e do PL 4.643/12, que dispõem sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais, vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

10. Atuar, a partir das seções sindicais e das secretarias regionais, nos fóruns e comitês em defesa da educação pública, para organização e lançamento da Frente em Defesa das Instituições Ensino Superior Públicas nos estados.

11. Dar continuidade, por meio das seções sindicais, a campanha de solidariedade às IES, contribuindo com fundo criado para essa finalidade, divulgando-o nas páginas das seções sindicais.

12. Reforçar a luta pelo reenquadramento sem perda de direito daqueles docentes que se movimentam entre as IFES por meio de concurso público.

13. Debater as condições de trabalho em relação à multicampia nas IFES.

14. Denunciar a desestruturação de carreira docente e da consequente tabela salarial promovida pela ação do PROIFES e lutar pela recuperação da carreira docente aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN em Uberlândia, no ano de 2011.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

O 37º Congresso do ANDES-SN foi marcado pela disputa eleitoral e debate entre os grupos organizados, saímos mais uma vez sem uma clara campanha salarial com índice de reajuste e pauta de reivindicação que considere as especificidades. Foram inscritas duas chapas, algo que não acontecia há 14 anos, o que é muito salutar para oxigenar o sindicato e tirar a atual diretoria da inércia.

O sindicato continua de costas para luta em defesa da democracia dentro e fora das universidades, nesse sentido temos consequências diretas na aplicação do plano de lutas. As discussões mais importantes ficaram para o último dia do congresso e muitas delas só ocorreram de madrugada com o plenário esvaziado, as manobras da diretoria inviabilização que o congresso seja, de fato, democrático.

Na ADUFERPE colocaremos em pauta e ação o plano de luta que faça avançar as conquistar pra categoria. Já é tempo no ANDES-SN de Renovar, Lutar e Conquistar!

Erika Suruagy

Delegada ao 37º Congresso do ANDES-SN